

*Transcrição da palestra realizada durante a III Câmara Técnica dos Balcões de Direitos
Brasília, 18 de dezembro de 2002*

Bernardo Sorj

Professor de Sociologia da UFRJ

Boa noite!

Eu queria agradecer ao Ministério da Justiça e ao Balcão de Direitos do Viva Rio a oportunidade de estar com vocês. Gostaria de deixar claro que acho limitado o tempo que eu tenho. Obviamente que não é realista fazer um apanhado sobre o Direito no século XXI, o tema é vasto demais. Eu apresentarei, portanto, algumas idéias, algumas hipóteses, tendo em vista o objetivo desta reunião, cujo assunto é o Balcão de Direitos. Eu entendo que o Balcão de Direitos foi e ainda é acima de tudo, e esse é seu grande valor, uma prática que, devagar, vai encontrar, vai procurar a sua teoria que é necessária, não para criar uma camisa de força. Eu aconselho a vocês tomarem cuidado, não procurar definições muito claras, peremptórias do que seja o Balcão de Direitos, mas delimitar. É importante delimitar por quê? Porque, sem dúvida, o grande problema do Brasil, o grande problema institucional brasileiro é que o sentimento de urgência e a enormidade dos problemas criam aquilo que em Teoria Política é denominado de Substitucionismo, ou seja, cada um quer substituir todas as instituições, todos os atores sociais que não funcionam. Com a melhor das boas vontades, terminamos fazendo um pouco de tudo e tudo de nada. É por causa desse grande problema que todas, ou a maioria das instituições é frágil e as urgências, em particular aquelas produto da desigualdade social, são enormes. Isso cria uma certa confusão institucional que é produto da boa vontade, mas não é bom. O fortalecimento democrático, o fortalecimento de uma nação depende que cada instituição tenha objetivos limitados e procure cumpri-los, porque não dá para fazer tudo. Os italianos criaram a palavra *tutólogo*, aquele que faz de tudo, e que não faz finalmente nada porque ninguém consegue fazer tudo. Então eu entendo que o objetivo dessa reunião, tal como me foi explicado, é um objetivo não de criar uma camisa de força, mas começar a delimitar aquilo que é uma prática rica e diversa. Delimitar também não significa cercar, não significa negar diferenças regionais, locais, inclusive de inovação de criatividade própria a cada um. Voltando um pouco à reflexão mais geral, e que eu chamaria de

Direito do século XXI, em termos muito simplificados, nós podemos dizer que a história do Direito moderno teve 3 grandes fases. A primeira era ligada ao naturalismo. O Direito deduzia sua legitimidade de princípios exteriores a ele mesmo, direitos naturais, inclusive considerados até filosoficamente como eternos produtos da própria condição humana. Posteriormente, estamos falando mais obviamente da Europa do que de qualquer outra parte do mundo, entramos no Direito positivista. O Direito, basicamente, se fechou em si mesmo, tentou quase que negar seus laços com o resto da sociedade, com os problemas da sociedade, procurando legitimidade em seus próprios princípios. Sabemos que, após a Segunda Guerra Mundial, em particular pela experiência trágica do nazismo, que era legalmente perfeito, mas humanamente não era, tivemos, portanto, um retorno à procura de fundamentos exteriores ao Direito. E passamos a viver um processo que ainda está em plena expansão e que é complexo, e temos que analisar ele nas suas várias dimensões, que é um processo de judicialização da sociedade, mas que passa por diferentes coisas. Em primeiro lugar, passa por uma crise profunda da política. Hoje, a política perdeu em grande medida a sua dimensão utópica. A dimensão utópica da política, como sabemos (aqueles mais ligados à juventude e à tradição socialista), estava ligada à idéia de que era possível transformar essa sociedade de forma radical, e que partidos políticos eram vetores da utopia social. Por razões que não podemos anotar, sabemos que, hoje, essa visão do partido político entrou em crise, com o processo de globalização, com a crise, enfim, das sociedades comunistas, os partidos políticos se transformaram. E, me perdoem aqueles que, como eu, também têm grandes expectativas quanto ao próximo governo, os partidos políticos se transformaram fundamentalmente em administradores de pressões que vêm fundamentalmente da economia e cujo papel básico é assegurar crescimento econômico. Obviamente que com vontade de melhorar as coisas, estruturalmente, a vida política se transformou em um pêndulo muito pequeno. Se a idéia de partidos políticos, a velha idéia de esquerda e direita era um pêndulo que ia daqui para aqui, hoje o pêndulo vai daqui praqui, daqui, praqui, ou seja, na verdade mudam governos, mas a capacidade efetiva desses governos de serem pêndulos amplos está claramente limitada. Então, temo que a política deixou de ser, em boa medida, um vetor de transmissão de esperanças e de criação de utopias. Parte dessa crise dos partidos teve sua origem, como já disse, em contextos macroeconômicos e políticos globais – a chamada globalização –,

mas também vem um outro processo, que é o processo de individualização crescente da sociedade. As antigas grandes categorias de classes sociais que organizavam a vida política e cultural do capitalismo entraram em pane. Hoje, existem identidades: etnia, sexo, gênero, religião, grupo de trabalho, afinidade esportiva, etc. Vocês mencionem quantos que vocês quiserem. Isso faz com que a desigualdade social continue a existir, sem dúvida, mas contribui para um processo de multiplicidade, cada grupo cada vez mais fragmentado, ou seja, a produção de utopias deixou de ser uma produção de utopias nacionais para passar a ser o que eu chamo de produção de utopias locais, em vez de pensar projetos para o conjunto da sociedade, se trata de pensar em projetos para o grupo social. Eu, mulher, lésbica, negra, tenho três grupos aí diferentes com utopias particulares a meu grupo social. Temos uma fragmentação de utopias. E tudo isto levou a quê? A uma mudança profunda da linguagem social. A linguagem contemporânea passa pela fragmentação social geral, pela perda de referência do estado-nação. Grande parte dessas utopias que mencionei, como a ecológica, são transnacionais, não passam mais pelo estado nacional. A grande linguagem contemporânea para reivindicação passou a ser a linguagem dos direitos. Isso coloca um problema enorme porque tudo que é reivindicação passa a ser em nome de direitos de grupos, direitos dos mais diversos possíveis, muitos dos quais, inclusive, têm como referência a realidade nacional. Eu sou a favor da lei da defesa dos animais tal como o protocolo define. Ou seja, a idéia de direitos é uma idéia que implode o marco nacional, deixa pensar o sistema societário como tal e cria uma confusão, necessária, mas complexa, entre direitos e Direito. Ou seja, hoje aquele que fala em Direito não está pensando no Direito, está usando uma linguagem política. A linguagem política contemporânea deixou de ser a política, passou a ser a linguagem dos direitos.

Perguntas:

Pergunta 1 - *A minha preocupação maior, hoje, é com o Poder Judiciário e o Ministério Público, já que eles, como fiscais da lei, exigem documentos muito burocráticos. Como os Balcões devem lidar com isso?*

Veja bem, sobre o que você disse... Inclusive, com a sua licença, eu não estou aqui fazendo críticas ao Poder Judiciário, entendeu? Eu quero que eles se conscientizem. O juiz, o magistrado, eles, além de serem operadores do Direito, eles têm de ter responsabilidade social no meio em que eles estão lotados, e eles não têm feito isso. Eles são muito literais, são muito apegados à letra da lei, e nós precisamos de juizes operosos, não de juristas como juizes, que prestem um bem à jurisdição como é devido.

Eu acho que a sua intervenção é muito boa, porque você pode estar indicando mais uma eventual função, dependendo do contexto, dos Balcão de Direitos, ou seja, ser porta-voz, colocar a boca no trombone se for preciso, fazer parcerias com a mídia, com políticos, enfim fazer pressão para que as coisas mudem. Porque você, como funcionário público, se fizer isso terá alguns problemas. Então, você acaba de indicar mais uma função importante do Balcão de Direitos. Enquanto ainda houver no Brasil pessoas que ainda não têm direito a terem direitos, o Balcão tem que ser porta-voz para o direito dessas pessoas terem direito. Não é falar e propor coisas além do simples direito à cidadania. É importante que quem trabalham à frente do Balcão de Direitos se conscientize de algo que é uma realidade da sociedade contemporânea: o acesso aos meios de informação, aos meios de comunicação. Por mais belo que seja o trabalho de vocês em uma localidade específica, e mesmo que seja, e sem dúvida é muito relevante, é fundamental fazer muito barulho, muito ruído. Não se trata de confundir as coisas. Obviamente que o ponto de partida é o Balcão de Direitos e o trabalho que fazem no local, mas também é fundamental ter consciência que na sociedade de hoje as coisas se movem na base de informação jornalística, de impacto na mídia. É importante que os Balcões de Direitos desenvolvam, cada vez mais, esse papel de porta-voz. Eu espero que, na próxima reunião da Câmara daqui a 1 ano ou 2, o Balcão de Direitos já tenha uma capacidade de impacto real e imediato que permita ser um *player*, um ator representando não direitos, mas os pré-direitos, aqueles que ainda não são cidadãos.

Pergunta 2- *Outro dia eu estava participando de um seminário na PUC – RIO e a gente estava discutindo a questão do conflito, e de como no Brasil, ou pelo menos no Rio, o conflito, de uma forma geral, é negado porque é visto de uma forma negativa e*

não como uma possibilidade de crescimento, enfim, de desenvolvimento. E, a partir disso, eu queria sobressaltar uma coisa que você falou que eu vejo muito nos Balcões de Direito: o papel de democratizar o conhecimento dos direitos, ou mesmo dos pré-direitos como você colocou, de criar ou potencializar espaços de mediação local, espaços de resolução de conflitos locais. Ou seja, acredito que o fundamental no trabalho dos Balcões é fazer com que as próprias localidades possam desenvolver ou potencializar pessoas ou órgãos já existentes, que possam estar resolvendo as questões que surgem lá. Mas, ao mesmo tempo, uma coisa que eu me pergunto, e que já fui questionada várias vezes por pessoas de fora que vieram visitar o projeto lá o Rio, é se também o Balcão, e aí não estou dizendo se concordo ou não com isso, mas é uma coisa para se pensar, se também a atuação do Balcão numa determinada localidade não guetisa de alguma forma aquele local. No Rio, por exemplo, a gente vê que existe uma dificuldade das pessoas saírem do local onde moram para buscar algum tipo de serviço fora, e, talvez, o Balcão de Direitos estando ali potencializaria isso. Dessa forma, como se daria o conflito entre essa questão e a criação desses espaços na própria localidade?

Veja bem! Você tem dois temas diferentes. O primeiro, é a questão da criação de uma cultura de convivência com o conflito. Nós sabemos, por razões complexas, que a cultura brasileira sempre tendeu a esconder o conflito, e quando ele explode, explode mal, porque o reprimido quando sai, sai pelo lado errado. Então, temos de desenvolver uma cultura da conflitividade, o conflito não sendo o fim do mundo, sendo algo que você pode viver e conviver com ele. Isso em termos gerais. Eu acho que o tema de mediação de conflitos é um tema central na criação de uma cultura cívica. Em termos de vocês criarem instrumentos paralelos de resolução de conflitos, sabendo que o Judiciário funciona mal, lentamente, e se há outros caminhos de resolução do conflito, melhor ainda. Mas aí eu diria: é um tema a ser trabalhado, vocês têm que partir das experiências que já existem, criar alguma formação nessa área, porque a maior parte das pessoas que estão nessa área de Direito não têm informação em mediação de conflito. Então, eu diria que esse deve ser um dos objetivos estratégicos dos Balcões de Direitos: formar pessoas especializadas em mediação de conflitos. Isso daí é algo a ser trabalhado e elaborado, isso vai ajudar a vida social, mas que tem dois caminhos diferentes:

primeiro, a criação de uma cultura e, segundo, a mediação específica em conflitos concretos. Um outro espaço do cívico, do que eu chamaria de pré-jurídico, ou ao lado do jurídico, que eu acho que é o espaço dos Balcões do Direitos.

Pergunta 3- *Professor Bernardo, eu gostaria de fazer uma pergunta, mas eu gostaria de fazer um comentário e saber se realmente eu entendi. Na verdade, quando se fala na questão da carteira de identidade, da questão de que a partir do momento que o cidadão tem a carteira de identidade ele já passa a ser um cidadão direito, na verdade, eu pude perceber que o senhor quis dizer que vai muito além disso, porque eu acho que o Balcão de Direitos tem que se preocupar em não só fornecer a carteira de identidade para que a pessoa se torne um cidadão, mas na verdade fazer com que ele se torne um cidadão de fato. Quer dizer, o cidadão, se não teve a oportunidade de ter a sua carteira de identidade, já era um cidadão que estava isolado de uma sociedade organizada, quer dizer, ele estava à margem da sociedade porque ele não tinha o direito nem de ter o documento dele. Então, a partir do momento em que ele tem isso, é importante também que ele perceba o seu estado e que o Balcão de Direitos possa se organizar de uma forma que ele possa receber uma orientação e se tornar verdadeiramente um cidadão. Quer dizer, isso eu acho que talvez o Balcão de Direitos não tenha condições de fazer sozinho. As parcerias que são importantes seriam parcerias que toda a sociedade deve trabalhar para transformar esse cidadão que estava isolado num cidadão de fato, para que ele possa ser realmente um cidadão de verdade. O que eu pude perceber da sua fala é que a gente não deve se preocupar só com a questão da documentação e, sim, trabalhar o cidadão para que ele possa se tornar um verdadeiro cidadão mesmo, consciente, e que ele possa não só achar “agora eu tenho o direito de reivindicar os meus direitos porque agora eu já tenho o meu documento”, mas que ele saiba se comportar na sociedade, que esteja preparado para viver na sociedade.*

Veja bem! Se eu disse, porque eu acho que não disse, que se trata de ter carteirinha, obviamente que não. Eu disse que carteirinha é um dos documentos para a criação de uma cultura cívica. Ao mesmo tempo, quiçá você não disse mas pode ter dado a entender e eu entendi assim, que o Balcão de Direitos tem que não só oferecer isso mas

enfrentar todos os problemas que se colocam frente a esse pré-cidadão e a cidadania. Eu diria NÃO, não é realista. O Balcão de Direitos não pode dar cursos de alfabetização, embora algum Balcão possa até dar. Amanhã, um dia, um Balcão de Direitos diz “Não tem sentido ter um Balcão de Direitos se não tem alfabetização, vamos então alfabetizar!” Outro Balcão diz: “Não adianta dar a carteirinha, dar um curso de direitos cívicos, se a pessoa está morrendo de fome, temos de distribuir comida; distribua”. Outro vai dizer: “não podemos fazer isto e ter desempregados. Vamos procurar empregos!” Muito bem. Mas não podemos ser *tutólogos*, não adianta. Cidadania é negócio complexo, inclui direito à saúde, à educação, ao trabalho, a uma polícia eficiente que me proteja e, embora o Balcão de Direitos pode e deve abrir frentes, não adianta assumir uma tarefa que não vai conseguir cumprir e vai fracassar. Então, o que eu diria é o seguinte: a sua proposta é uma idéia ideal, se vale a redundância, ou seja, temos que procurar atingir o máximo quanto a aspectos que dizem respeito aos direitos do cidadão, mas não podemos substituir todas as instituições do Brasil que não funcionam, não tem Balcão do Direito que agüente, não vai dar certo. Então, vamos nos manter delimitados, abrindo novos leques, novas experiências, mas não podemos querer criar cidadãos, no sentido mais amplo da palavra, porque aí já fracassamos.

Pergunta 4- *Eu estava aqui achando tudo maravilhoso, mas aí começaram algumas intervenções que merecem cautela. Me preocupo com a visão que está se tendo desta questão do documento, ou seja, eu acho que não é o documento que dá o direito e não é a partir do documento que a cidadania começa. Se a gente começar a raciocinar assim, a gente vai partir do princípio de que o fazendeiro tem direito de escravizar a pessoa que não tem documento porque, na medida em que ela não existe legalmente e não é uma portadora de direito, ela estaria sujeita a ter sua mão-de-obra sendo utilizada de qualquer maneira. Eu acho que não é essa a linha que nós estamos trabalhando ou que nós pretendemos trabalhar. É um equívoco, como eu escutei aqui, achar que as pessoas, por não terem documento ou por não saberem ler e escrever, também não estão disputando e não estão realizando seus direitos. Existem pessoas que não sabem ler, não sabem escrever, não têm documento, mas estão ocupando terras improdutivas, estão tentando se organizar de alguma maneira, e não estão isoladas, abandonadas,*

como se não tivessem nenhum direito. Então, eu acho que, para mim, a pessoa é portadora de direitos desde o momento em que ela nasce, desde que ela é uma pessoa humana. A documentação dá uma visibilidade para essa pessoa. Se ela vai poder, a partir daí, exercer melhor ou não a sua cidadania vai depender de uma série de fatores, que pode inclusive fugir do próprio campo de atuação do Balcão de Direitos. Ou seja, o Balcão de Direitos está criando uma oportunidade para o exercício dessa cidadania. Então, para pensar como os Balcões podem ter uma atuação além da carteira, além da identidade e, resgatando também a fala do professor Bernardo, já que o Balcão não deve substituir os movimentos sociais constantes e, ao mesmo tempo, deve procurar se integrar, discutir, enfim, negociar, articular com o Estado, eu estou pensando nesse trinômio Movimentos Sociais- Balcões de Direito- Estado e como ele pode assessorar e articular negociações ou mediações entre movimentos sociais legítimos e o Estado. Aqui nós temos pessoas que trabalham nas mais diversas e possíveis experiências de grupos sociais que têm os seus direitos violados, desde favela, trabalho escravo, grupos indígenas, enfim, as mais variadas experiências. Então, como ter esse papel do Balcão de Direitos para, além de transformar esses grupos de sujeitos, ter uma participação mais emancipatória, neste sentido

Me explico rapidamente, porque temos pouco tempo. O direito dos trabalhadores, ou seja, o direito moderno enquanto preocupação social esteve centrado historicamente na Constituição do Direito do Trabalho. A idéia de trabalhador não preexiste à luta dos trabalhadores que exigem seu reconhecimento como uma categoria coletiva. O Liberalismo negava o direito do trabalho como sendo algo que vai contra os direitos individuais, “cada indivíduo que negocie seu contrato de trabalho! Depois que passou a existir o trabalhador como uma categoria coletiva. Ora, hoje vivemos um certo refluxo disso, cada vez mais contratos são contratos individuais, mas isso deve ser dito em uma inclusão do individualismo na sociedade. Tudo que era antes relações coletivas ou ligadas a tradições hoje implode. Cada casal passa a ter sua relação de casal como uma relação contratual, o que é bom na medida que implode o sentido anterior de que o homem na verdade era quem tinha o poder, era o dominador. A relação com as crianças também muda. Passamos a crer que crianças também têm direitos sobre os pais, em

certas sociedades escandinavas as crianças podem pedir a separação dos pais a partir dos 14 anos. As relações sociais todas se contratualizam. Aquele direito do trabalho, hoje, como sabemos, também implode, cada relação de trabalho também passa a ser uma relação contratual individualizada. Por outro lado, se o direito se contratualiza, ele também se constitucionaliza cada vez mais. Em função desse retorno da idéia dos Direitos Humanos, qualquer problema jurídico, em última instância, pode ser remetido a questões constitucionais, a questões de princípios externos, **[no limite]** ao sistema jurídico enquanto tal. Então, temos um processo que é complexo, que algum dia espero ter a oportunidade de estar desenvolvendo com vocês, onde o direito passa a ser a linguagem coletiva de direitos e, ao mesmo tempo, o Direito que nós conhecemos implode, seja pela contratualização, seja pela constitucionalização no qual remetemos qualquer conflito a questões constitucionais que coloca problemas enormes à vida política. Quando um partido político é eleito majoritariamente, ele define um programa, mas logo que vê que vai querer efetuar uma série de medidas, entra em jogo questões constitucionais e ele acaba se remetendo ao Supremo Tribunal, que na verdade passa a ser o árbitro do conflito social. Ou seja, a tradição histórica de um capitalismo – claro, um conflito social, a democracia, são partidos e são as eleições – cada vez mais é anulado em função de um poder que é complexo, que é o Poder Judiciário que, com todo o respeito aqui aos membros presentes, na verdade não foi eleito e não tinha legitimidade de um poder constituído democraticamente, nem tem os instrumentos executivos para exercer, tomar decisões que, finalmente, serão exercidas pelo Poder Executivo. Frente a esta situação global de explosão da linguagem de direitos por um lado e dos marcos jurídicos por outro, eu gostaria rapidamente de desenvolver alguma reflexão sobre quais seriam o papel do Balcão de Direitos. Eu penso que, em primeiro lugar, o Balcão de Direitos não pode e nem deve ser um substituto do Poder Judiciário. Obviamente, nem é o caso em termos de mandato legal específico, nem poderia ser, também não seria bom que se pense como tal. O Balcão de Direitos também não pode ser pensado como um gerador de direitos novos, isso é papel da sociedade, dos movimentos sociais, dos grupos organizados, ou seja, não pode procurar substituir e querer ser a consciência de grupos que já têm a sua própria consciência e dinâmica específica. É importante, portanto, que o Balcão de Direitos não procure substituir movimentos sociais. Temos, portanto, que delimitar mais um pouquinho, o que eu

penso que poderia ou deveria, e em parte é, porque na verdade minha reflexão é na base da leitura dos relatórios. Se nós avançarmos mais um pouco, eu acredito que o Balcão de Direitos tem que ser um exemplo do que eu chamo uma relação virtuosa entre o (?) e Estado. E aí, vou parar um minuto, vou para trás para avançar. Eu acredito que um dos problemas que está sendo saneado, do período da ditadura militar que nós vivemos, é uma visão da sociedade civil como sendo algo que se contrapõe ao Estado. Numa visão de si mesma, como algo virtuoso, eu diria quase imaculado, enquanto o Estado é mãe de todos os vícios, parafraseando Saddam Hussein, obviamente em forma diferente, é importante recuperar uma visão, eu diria, mais crítica da sociedade civil. A sociedade civil, graças a Deus, está cheia de defeitos, tanto quanto o Estado está cheio de defeitos. Se temos o Estado, temos porque temos a sociedade que temos, e vice-versa. Então, não adianta pensar na sociedade civil como sendo algo que, por definição, é bom, faz as coisas boas, e o que não funciona é responsabilidade do Estado. A sociedade civil, acima de tudo, é constituída por empresários, funcionários públicos, empregados, desempregados, todos os tipos de setores sociais que participam, em termos os mais variados possíveis, da vida política do país. Não adianta pensar a sociedade civil como algo fechado, diferente ao Estado. Também não adianta pensar numa sociedade civil que deve se proteger do Estado. Isto era e tinha sentido na época da luta contra a ditadura. Mas volto a insistir, e acredito que até no discurso dos governantes passados, presentes e futuros, ainda há uma tendência a apresentar a sociedade civil como algo inerentemente bom. Não é! Nós temos que construir essa sociedade civil boa, melhor, a partir de uma visão autocrítica sincera, com seus problemas, defeitos e vícios, que carregamos como parte da sociedade brasileira. Eu diria que essa é a primeira coisa importante. Por que estou enfatizando esse ponto? Eu acho que um discurso excessivamente concentrado na sociedade civil é antidemocrático, enfraquece o Estado, fragiliza o Estado, e considerar o Estado o outro lado, o lado ruim ou o lado mal é mais inverdade. O Estado brasileiro, graças a Deus, tem feito e faz, tem quadros da melhor qualidade possível, que poderiam estar nas ONGs sem problema nenhum, e faria muito bem se estivesse, eventualmente. Ou seja, é importante, portanto, não colocar uma idéia de sociedade civil como algo essencialmente bom, pelo contrário, eu acredito que é fundamental, em contraposição ao discurso que alguns de vocês que estudam e conhecem teorias que procuram distinguir uma sociedade civil como um estado de

pureza frente ao Estado que seria a burocratização e a dominação, inclusive porque esses modelos, em geral, vêm de um país como a Alemanha, que tem pouco em comum com a gente. E, graças a Deus ou apesar de Deus, não somos tão burocratizados, nossos sistemas de sociabilidade são muito mais complexos, articulados e justapostos do que sistemas que vêm de outros países. Eu proponho aqueles de vocês que estudam, além de trabalhar em Balcões de Direito, que tomem muito cuidado quando fazem transferência de marcos teóricos que vêm de outras praias, não por nacionalismo, que acho uma grande bobagem, mas simplesmente por acuidade científica, pois nossas realidades sociais são muito diferentes. Então, o que eu diria? Se a sociedade civil não é nada imaculada, qual o papel dessa sociedade civil? O papel central da sociedade civil é participar da democratização do Estado. E esse Estado democratizado precisa ter um diálogo com a sociedade civil, definindo inclusive e dando parâmetros específicos à sua atuação. Para avançar, então, eu diria que eu vejo os Balcões de Direitos com organizações da sociedade civil articuladas ao Estado, que participam do processo de democratização da sociedade dentro de funções específicas que são, fundamentalmente, de mediação entre a sociedade e o Poder Judiciário, e de mediação do conflito social nos limites em que ela pode fazer isso especificamente. Ou seja, é um mediador do social, mediador no sentido que encaminha processos que vêm da sociedade eventualmente para o Judiciário, e seus vários instrumentos, ou tem um papel de educador, de transmissor social, de mediação de conflitos que podem ser resolvidos sem chegar ao Judiciário, porque, com todo o respeito aqui aos eventuais participantes do Poder Judiciário, nós sabemos que tanto no Brasil como nos Estados Unidos ou na França, o Poder Judiciário tem enormes problemas de funcionamento, é muito ineficiente e muito mais ineficiente ainda quando são formados por pessoas de poucos recursos para se relacionar com esse sistema tão complexo que é o sistema jurídico. Então, é importante criar uma cultura de mediação de conflitos capaz de educar a população a resolver conflitos entre ela quando é possível, não permitindo esse fenômeno, que termina sendo quase epidêmico, de judicialização de todo conflito social (nós temos isso tipicamente na sociedade americana – escorregou em frente à casa do outro, já entra com processo). Temos que desenvolver uma cultura nossa, eu acho que existe elementos na cultura brasileira que podem ser mediadores entre a sociedade e a Justiça, quando isto não é possível, ajudar a orientar essa população em termos de utilização do sistema judiciário.

Ao mesmo tempo, eu diria que – sem perder de vista um sentido utópico – não adianta o Balcão de Direitos querer ou se colocar em termos maiores do que já seria uma coisa revolucionária, que desenvolvesse a capacidade de mediação e de orientação da população. Acredito que o Balcão de Direitos vai ser, daqui a 1, 2, 3 anos, na medida em que se cristalizar, um referencial nacional para pensar as relações entre a sociedade e o sistema jurídico, além da tendência já existente das grandes corporações de advogados, juizes, etc., que pensam esses problemas, mas dentro de um horizonte particular. Eu acho que o Balcão de Direitos poderá ser um ator importante para repensar as relações entre o Poder Judiciário e a sociedade brasileira.

Pergunta 5- *Bom, eu, que já lhe conheço há mais tempo aqui, achei você hoje um pouco pessimista. Achei que a sua perspectiva nos instiga, quer dizer, não sou do Poder Judiciário, senão estaria talvez aqui defendendo uma outra perspectiva. A minha formação e a minha militância está no campo da sociedade civil, mas achei que você trouxe algumas questões que nos colocam desafios, que nos fazem pensar a nossa própria prática, o nosso cotidiano, a nossa realidade local. E é um pouco disso que eu queria ver como é que você pode abordar, porque a gente trabalha com realidades locais. Eu acho que a perspectiva da sua fala foi uma perspectiva geral, ampla e importante, em termos de perspectiva para o nosso trabalho, para pontuar o nosso trabalho, para criticar o nosso trabalho inclusive. Mas, como é que essas coisas se dão no dia-a-dia, lá na ponta, quando a gente chega lá na casa da pessoa que não tem identidade, que não tem muitas vezes um prato de comida. Como é que é essa relação? Como você acha que o Direito pode se estabelecer com esse público, que é o público que a gente lida cotidianamente?*

Eu, na verdade, tentei resumir na expectativa de perguntas como a tua, que eu acho interessante, porque cada um tem sua *trip* intelectual, e eu posso falar horas sobre temas que nem interessam. Eu acho que a sua pergunta é correta. Ou o seu comentário, mais do que uma pergunta. Na verdade, o Balcão de Direitos, como eu o vejo na sua prática, em primeiro lugar, embora seja uma palavra gasta e desgastadas demais, eu acho que é um Balcão de Cidadania, ou seja, quando você dá uma carteira de identidade a alguém,

you are transforming the person into a subject of rights, or rather, I would say that, in the first place, the Balcony of Rights works in the area of pre-law, if this concept exists, if not, let's invent it. I think that the Balcony of Rights is the Balcony of Pre-Rights. Unfortunately, in Brazil a large part of the population, it is not that it does not have access to rights, it is not that it is not subject to rights. The person who does not know how to write and read, the person who does not have documents, she is not a subject of rights. So, I would say that this is a revolutionary element, when I see our president saying that we have on the internet all of the Brazilian government. What a good thing! I am not criticizing this. You say: it is good! But, and that population that does not have internet, that does not have a computer, that does not know how to read and write, we have a huge problem. So, I would say that, if there is a utopia of the Balcony of Rights, it is to transform the Brazilians into subjects of rights. It is the area of Pre-law, possibly, where the Balcony of Rights has to act. If and if there were a thousand Balconies of Rights investing in this, I would say: "forget the Law, forget the judicial problems strictly speaking". If only I could transform the Brazilians, who today are *in natura*, into subjects of rights, I would say that is this historical function and the utopia of the Balcony of Rights. It is not Balcony of Rights, it is Balcony of Pre-Rights. It is a multiple effort, it is a formal effort, it passes without doubt through classic documents, and it passes through a cultural revolution. It is good to have an ID card? It is fundamental to have an ID card. But an ID card has to be accompanied by a booklet that, eventually, is a problem, because the person who has this ID card will not be able to read the booklet. What do you do with this? So, it is an effort of construction of a Brazil, where all citizens are subjects of rights, and then leave that the Judiciary try to solve the problems that these subjects of rights create. So, if I was not clear in this, I thank you for the question because I think that it is in this space where the Balcony of Rights has a utopia.